Conclusão

Diversidade das agriculturas empresariais e perspectivas de pesquisa: breves apontamentos de síntese

Eve Anne Bühler
Martine Guibert
Valter Lúcio de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. Conclusão - Diversidade das agriculturas empresariais e perspectivas de pesquisa: breves apontamentos de síntese. In: *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 275-279. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0014>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conclusão

Diversidade das agriculturas empresariais e perspectivas de pesquisa: breves apontamentos de síntese

EVE ANNE BÜHLER
MARTINE GUIBERT
VALTER LÚCIO DE OLIVEIRA

Estudos detalhados acerca da transição agrária em curso nas regiões do agronegócio sul-americano ainda são escassos e não costumam levar em conta a diversidade interna das agriculturas empresariais, pois focam nas relações e nos elementos que reforçam uma polarização e a mútua exclusão entre agromercado e agriculturas familiares ou camponesas. O objetivo original desse livro, que buscou reunir contribuições complementares sobre os países da América do Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai), foi justamente captar tal diversidade de formas a partir de diferentes realidades e perspectivas acadêmicas. Esta diversidade de situações permanece de suma importância para entender as trajetórias dos territórios e das populações rurais e para evidenciar as desigualdades sociais no campo e nas cidades do agronegócio, bem como compreender as relações de poder e os atores em disputa. Conforme evidenciado em textos desta coletânea, ao considerar a diversidade das agriculturas empresariais nota-se, por exemplo, o avanço de certas estruturas produtivas mais inovadoras e com maior capacidade de concentrar recursos que, mesmo situadas entre as formas empresariais, têm características mais próximas do estabelecimento familiar.

Observa-se também que as formas de atuar nos territórios, a capacidade de concentração de recursos e as estratégias que os produtores adotam se diferenciam conforme o modo de organização da empresa e dos seus financiamentos. Nesse sentido, algumas pistas e questões de pesquisa nos parecem pertinentes. Em relação às análises que retomam a questão agrária nos dias atuais, consideramos que ao incluir uma maior diversidade de categorias de atores agropecuários na reflexão, se alcançaria um quadro de interpretação mais coerente com a reali-

dade dos campos latino-americanos. Assim, não seria analiticamente prudente considerar que a legitimidade social, ambiental e econômica está diretamente relacionada ao tipo de estabelecimento em questão? Como abordar, de forma heurísticamente proveitosa, a distinção, dentro da agricultura empresarial, entre estruturas ainda próximas do modelo familiar e aquelas lideradas por pessoas totalmente externas ao setor? Que tipo de atuação, a partir de quais lógicas e quais os efeitos sobre o conjunto da produção agrícola caracterizam as formas empresariais que contam com grande aporte de financiamentos extrafamiliares e extrabancários, como os fundos de investimentos? Outro elemento de reflexão sobre as trajetórias agrárias se refere à reversibilidade das mesmas. Na medida em que a maior parte das formas de se praticar a agricultura do tipo empresarial concentram todo tipo de recursos, quais os limites à transmissão dessas estruturas e em que medida se poderia retornar às estruturas agrárias mais atomizadas, já que poucos têm capacidade financeira para comprá-las? Deste ponto de vista, o modelo argentino dos *pools de siembra* parece constituir aquele formato de maior reversibilidade, pois não implica a transferência da propriedade dos meios de produção, em particular da terra.

Consideramos relevante aprofundar a reflexão iniciada em alguns capítulos sobre as respectivas implicações dos diversos modelos empresariais para os territórios e para o desenvolvimento rural e urbano, assim como ampliar geograficamente os estudos de caso. De fato, as mudanças provocadas são múltiplas e nem sempre de fácil interpretação, ainda que fique evidente a crescente concentração econômica e a exclusão dos grupos sociais mais frágeis. Como compreender e analisar espaços e atores que têm uma grande participação na economia regional e nacional, mas que, apesar de difundirem uma narrativa que expressa um sentido de modernidade ao mesmo tempo em que se reivindicam como modernos, reproduzem os tradicionais traços da concentração dos recursos, do poder e da riqueza? No Brasil, por exemplo, os espaços do agronegócio costumam ostentar indicadores de desenvolvimento humano mais elevados do que a média nacional. Mas qual o sentido destes números, e como relacioná-los com as pesquisas que mostram, localmente, dinâmicas sociais excludentes e que, em certos casos, são geradas por práticas ilícitas? A estrutura do emprego “agrícola” constitui uma boa ilustração dos efeitos ambivalentes do agronegócio. Constata-se que esta tem se transformado de forma a exigir uma maior qualificação da mão de obra e uma maior diversificação das competências contratadas (advogados, agrônomos, maquinistas, RH, gestores, etc.), bem como uma maior variação dos respectivos salários. Essas características têm convivido lado a lado com empregos braçais em situações precárias e mal remunerados.

As formas inovadoras de organização empresarial na agricultura estabelecem uma série de *dissociações* que merecem ser mais bem analisadas devido, principalmente, à sua influência na dinâmica do desenvolvimento local: dissociações entre ato produtivo, tomada de decisão e, às vezes, propriedade dos ativos; entre espaços de atuação; entre ato produtivo e identidade profissional; entre local de produção e local de moradia. Estas dissociações concorrem para uma dispersão das responsabilidades e das atuações que modificam as relações sociais e o envolvimento dos atores com o espaço local. Os fluxos e as circulações que se estruturam a partir das agriculturas empresariais e do agronegócio mobilizam uma maior diversidade de atores comparativamente ao que se verificou no passado e intensificam as conexões entre o local e escalas mais amplas. Os atores que mais participam destes fluxos são também aqueles que estabelecem as relações entre os atores produtivos e os setores financeiro, industrial ou comercial. São, portanto, vetores da difusão dos padrões e das normas da globalização, contribuindo diretamente para as mudanças locais.

Os espaços nos quais as agriculturas empresariais predominam se especializam em um número reduzido de produtos, fundamentalmente commodities, contribuindo para um aprofundamento da regionalização da produção primária e uma redução da diversidade agropecuária local. A melhoria nas infraestruturas e no ordenamento do espaço para atender as necessidades do setor se revela, no final das contas, específica, beneficiando os atores sociais e econômicos locais de forma bastante seletiva e desigual. Conforme vários textos sugerem, o modelo empresarial de produção fortalece ainda mais a necessidade de aumentar a escala de produção para ganhar eficiência e atender aos objetivos econômicos dos seus financiadores. A busca pelo aumento de escala parece ser uma tendência geral, observada tanto em relação aos estabelecimentos familiares em transição para modelos mais empresariais, quanto nas empresas com modelos organizacionais mais inovadores. Tal tendência só reforça e impulsiona a concentração fundiária entre aqueles que investem nas formas empresariais de agricultura. As estatísticas nacionais nem sempre permitem tomar a justa medida desta concentração na estrutura agrária suscitada por este apetite por tamanho, pois os dados fundiários não discriminam as categorias de estabelecimentos (familiar, empresariais, camponês, etc.), nem os espaços nos quais elas mais se desenvolvem. De toda forma, há de se pensar que a estrutura fundiária está mudando, especificamente entre os estabelecimentos médios e grandes. Estes passam a concorrer entre eles para acessar grandes áreas já inseridas no processo produtivo ou com potencial agrícola para tal, visando, preferencialmente aquelas áreas contínuas e adequadas às práticas empresariais.

Mais amplamente, salientamos que é toda a organização e o funcionamento dos territórios que o agronegócio e as agriculturas empresariais modificam, promovendo um impacto significativo sobre as relações rural-urbano e colocando em questão as características e o papel do rural, bem como a própria pertinência dessa noção para se pensar o espaço e as relações sociais subjacentes. A economia local articula-se ao redor da atividade agrícola, construindo regiões que atuam como plataformas de produção onde esta atividade se posiciona como hegemônica. Seu perfil se distancia bastante daquelas situações analisadas a partir da perspectiva das “novas ruralidades”, associadas à revalorização social do rural, ao seu repovoamento e diversificação socioeconômica e ao crescente destaque para a questão ambiental. Nas regiões produtivas do agronegócio, o caráter urbano dos modos de vida pode surpreender, pois os comportamentos sociais e as práticas espaciais estão referenciados numa dinâmica definida a partir da cidade. É nela que a grande maioria dos trabalhadores estabelece sua residência, que se encontram a totalidade dos serviços necessários às empresas, é onde gravitam os fluxos materiais e imateriais. Tal dinâmica esvazia o rural da sua população e, conseqüentemente, da sua base social. Paradoxalmente, estes espaços participam duplamente do processo de urbanização: os modelos produtivos produzem sociedades locais urbanizadas e, considerando uma escala mais ampla, contribuem e são parte integral da urbanização do planeta, pois, devido à matéria-prima que fornecem, são indispensáveis à viabilidade das cidades.

Podemos, a partir destes apontamentos, questionar se estes espaços ainda devem ser considerados rurais, tanto do ponto de vista analítico quanto operativo, ou se seriam, mais adequadamente, espaços *agrícola-urbanos*. A base e a sustentação das sociedades locais ainda está ligada à exploração da terra, no entanto, esta sustentação se dá na forma de uma atividade intensiva e especializada, onde a ruralidade é, ao menos nas representações dos atores dominantes, insignificante e a cultura rural pouco expressiva. Estas tendências confirmam que o rural não pode mais ser compreendido restringindo-o apenas à escala local. Nas regiões dominadas pelo agronegócio o caráter local não desaparece, mas novos traços até então não associados ao rural emergem e precisam ser levados em conta pelos pesquisadores. Neste sentido, em que medida os espaços do agronegócio tem constituído, a exemplo do que demonstraram as análises clássicas acerca das comunidades rurais, um patrimônio histórico e cultural que lhe seja próprio e que ensaie estilos de vida característicos? Como melhor interpretar e mesmo solucionar a polarização entre representações que, por um lado apreende e “utiliza” o rural como espaço de investimento e produção e, por outro lado, vê o rural como um espaço de vida?

Para concluir, se a conjuntura econômica internacional pesa bastante sobre a atratividade da produção primária para os diversos atores, esta coletânea mostra que não se pode minimizar a atuação do Estado. Seja via liberalização das economias, seja em consideração à grande tolerância em relação ao cumprimento das legislações trabalhistas, fundiárias e ambientais, o Estado foi um ator chave deste processo. Especialmente a partir dos governos pós-neoliberais que chegaram ao poder na região nos anos 2000, esta atuação foi, paradoxalmente, mais expressiva. Estes governos elegeram a agropecuária como um dos pilares do financiamento das políticas sociais, redistribuindo os ganhos permitidos a partir da agricultura de larga escala e a partir do controle do uso da terra. Seria de certa forma, uma legitimação do agronegócio a partir de um argumento compensatório: em vez de distribuir a terra entre produtores rurais, reivindicação clássica das esquerdas e dos movimentos sociais do campo latino-americano, redistribuíram-se parte dos lucros obtidos entre uma base social, a princípio, muito mais ampla. No entanto, deve-se questionar se tais opções políticas e econômicas não impuseram um custo social, cultural e ambiental alto demais.

Vale mencionar, por fim, que este livro foi concluído em um momento de crise para os governos de centro-esquerda, e ainda que os reflexos desta conjuntura sobre as agriculturas empresariais ainda não sejam evidentes, certos discursos políticos já apontam para uma maior liberalização em várias dimensões, sempre apontadas como fundamentais por parte dos produtores, particularmente aquelas relacionadas ao ambiental, trabalhista e fundiário. O que parece certo é que o agronegócio continuará no centro do poder e bastante influente nos planos econômicos e políticos nos países em que domina, reforçando a necessidade das ciências sociais continuarem a investir na sua compreensão.